RELATÓRIO ANUAL

Cruzeiro Esporte Clube
Em Recuperação Judicial

31 de dezembro de 2024

BALANÇO DA PRESIDÊNCIA DE LIDSON POTSCH À FRENTE DO CRUZEIRO ESPORTE CLUBE

A gestão do presidente Lidson Potsch à frente do Cruzeiro Esporte Clube - Associação, representa um marco de responsabilidade, modernização e planejamento estratégico voltado ao fortalecimento e à valorização de seu patrimônio. Com foco em sustentabilidade, eficiência administrativa e qualidade nos serviços oferecidos aos associados, os últimos anos foram marcados por realizações significativas que reposicionam o clube em uma trajetória sólida de crescimento e equilíbrio.

Valorização do patrimônio e modernização da infraestrutura

Uma das marcas mais visíveis da gestão foi o amplo conjunto de reformas e adequações realizadas nas sedes Campestre e Barro Preto, promovendo não apenas melhorias funcionais, mas também adequações legais, técnicas e ambientais. Entre as ações mais relevantes, destacam-se:

- Reformas nas subestações de energia elétrica de ambas as sedes, garantindo segurança, estabilidade e modernização dos sistemas;
- Adesão ao programa de energia varejista Energia Livre (CEMIG), com impacto direto na redução dos custos operacionais, resultando em mais de 25% de economia na conta de energia;
- Renegociação com a COPASA, implantação de novos equipamentos para controle e medição do consumo de água, além de melhorias no perfil de uso, contribuindo para redução de despesas e do passivo ambiental;
- Instalação de sistemas de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA), com previsão de conclusão em agosto de 2025, elevando a segurança estrutural;
- Reformas e adequações dos sistemas de combate a incêndio (AVCB), com aprovação dos projetos pelos órgãos competentes, reforçando o compromisso com a segurança dos usuários;
- Regularização documental dos imóveis junto à Prefeitura, consolidando a conformidade legal do patrimônio da instituição.

Investimentos em esporte, convivência e qualidade de vida

Ciente do papel do clube como espaço de convivência e prática esportiva, a gestão Dr. Lidson investiu fortemente em estruturas que impactam diretamente a experiência dos associados:

- Revitalização das quadras poliesportivas e dos ginásios das duas sedes: novos pisos, pintura, iluminação, revisão de coberturas e adequação da drenagem pluvial;
- Reforma do ginásio do Barro Preto, com estrutura preparada para sediar

competições de alto nível, como a NBB;

- Melhorias na área da Bocha e na Casa de Máquinas das piscinas, com equipamentos mais eficientes, proporcionando economia e qualidade no tratamento da água;
- Criação de novo estacionamento na Campestre, além da revisão e planejamento de reforma dos muros de contenção;
- Troca dos equipamentos das saunas, visando conforto e eficiência energética;
- Reforma dos restaurantes, banheiros e vestiários, oferecendo mais conforto e acessibilidade;
- Reestruturação visual das sedes, com nova programação visual e identidade renovada;
- Monitoramento e gestão das áreas verdes, com controle de podas e supressões autorizadas, demonstrando cuidado com o meio ambiente e a estética dos espaços.

Gestão financeira eficiente e transparente

O ano de 2024 consolidou o impacto das medidas de gestão estratégica adotadas pela presidência de Dr. Lidson Potsch. A Associação registrou um crescimento de 27% em suas receitas, comparado ao exercício anterior, um resultado expressivo e fruto de um conjunto de ações articuladas:

- Ampliação da base de associados, com incentivo à adesão e fortalecimento do vínculo com o clube;
- Celebração de novos convênios e parcerias, oferecendo vantagens exclusivas e novos serviços aos associados;
- Melhorias estruturais, que tornam o clube mais atrativo e funcional; Alienação de ativos (como veículos da antiga frota), com reinvestimento integral na estrutura dos clubes.

Apesar da expansão das receitas, as despesas cresceram 8%, refletindo o aumento dos investimentos em infraestrutura, melhorias operacionais e adequações legais. Entre os principais fatores que contribuíram para esse aumento estão:

- Reformas e adequações sanitárias e esportivas;
- Obras estruturais como muros, drenagem e cobertura; Projetos elétricos e hidráulicos nas sedes, como o QGBT do Barro Preto e a subestação da CEMIG na Campestre.

Passivo e compromissos em transformação

O passivo da Associação apresentou crescimento em 2024, influenciado principalmente pela provisão de contingências judiciais, decorrentes do processo de recuperação judicial.

Além disso, houve:

- Atualizações de parcelamentos sob responsabilidade da Associação e da SAF, devidamente registrados como valores a serem recebidos;
- Habilitação de novos credores e ajustes nos saldos a receber, conforme determinações judiciais, o que impactou diretamente o demonstrativo contábil.

Mesmo com essa variação, a gestão mantém o controle financeiro com rigor e transparência, assegurando que o clube continue a cumprir suas obrigações enquanto investe em sua revitalização.

Uma gestão com olhar no futuro

A gestão do presidente Lidson Potsch consolidou avanços relevantes e estruturantes para o Cruzeiro Esporte Clube. O legado construído é pautado em planejamento, responsabilidade e visão estratégica, com ações concretas que fortalecem as bases físicas, financeiras e institucionais da Associação.

O crescimento das receitas, os investimentos contínuos na infraestrutura e o compromisso com a regularização e modernização do clube demonstram que a atual administração não apenas enfrentou desafios históricos com coragem, mas também preparou o clube para um futuro mais estável, sustentável e próspero.

A continuidade dessas ações e a manutenção de uma gestão responsável serão fundamentais para consolidar os avanços alcançados e garantir que o Cruzeiro Esporte Clube siga sendo referência em qualidade, tradição e compromisso com seus associados.

PARECER AUDITORIA IDENPENDENTE

Cruzeiro Esporte Clube – Em Recuperação Judicial

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024

1

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Rua Guajajaras, 1722 - Barro Preto
30.101.180 - Belo Horizonte-MG
(31) 3195-6946
clubesdocruzeiro.com.br

Rua Orlando Moretzsohn, 82,
bairro buritis
Belo Horizonte/MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Sócios do

Cruzeiro Esporte Clube – Em Recuperação Judicial.

Belo Horizonte -MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do **Cruzeiro Esporte Clube – Em Recuperação Judicial.** ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Cruzeiro Esporte Clube - Em recuperação Judicial**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucro - ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e ITG 2003 (R2) – Entidades desportivas.

Base para opinião com ressalva

A depreciação dos bens pertencentes ao Imobilizado da Associação permanece sendo calculada com fundamento nas taxas estipuladas pela legislação fiscal, as quais podem ou não divergir daquelas determinadas em função da vida útil econômica dos bens, conforme estudo específico. Em decorrência disso o ativo, o patrimônio líquido e o resultado do exercício podem ou não ser influenciados por esse fato. Não é possível quantificar o impacto dessa situação.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Patrimônio Separado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

A Nota Explicativa nº 5 – Contas a Receber, integrante das demonstrações financeiras da Associação, apresenta os saldos envolvendo sua parte relacionada Cruzeiro Esporte Clube – Sociedade Anônima do Futebol ("Cruzeiro SAF"), sendo as seguintes contas: (i) Contas a receber Cruzeiro - SAF; (ii) Contas a receber pelos direitos dos centros de treinamento e (iii) Auxílio financeiro.

Os valores contabilizados no exercício de 2024, nas contas entre o Cruzeiro Associação e o Cruzeiro SAF, foram devidamente conciliados entre as entidades. Não obstante, a forma de reconhecimento contábil desses valores nas respectivas demonstrações financeiras, notadamente quanto à classificação em ativo, passivo e resultado, está sujeita a interpretações distintas e da finalização do alinhamento por parte das entidades envolvidas. Tal divergência concentra-se, sobretudo, na conta contábil "Contas a Receber – Cruzeiro SAF", resultando em saldo não coincidente nas demonstrações financeiras das partes relacionadas Ressaltamos que nossa opinião não contém ressalvas em relação a esse tema.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

As demonstrações financeiras do exercício anterior, apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo relatório, datado de 30 de abril de 2024, expressou opinião com ressalvas relacionadas à (i) não realização do teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, conforme exigido pelo CPC 01, (ii) à adoção de taxas fiscais para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado, em desacordo com o CPC 27, que preconiza o uso da vida útil econômica e (iii) à ausência de contabilização da realização do ajuste de avaliação patrimonial, conforme descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva".

Durante a auditoria do exercício corrente, recebemos o laudo de avaliação do ativo imobilizado suportando o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado, sem a indicação e necessidade de impairment, como também, foi contabilizada a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

• Concluímos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e com base nas evidências de auditoria obtidas se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência incluindo quando aplicável as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objetos de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto ou quando em circunstâncias extremamente raras determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

Villela e Associados Auditoria e Consultoria S.S.

CRC MG - 7.189/O-2

LUIS GUILHERME VILLELA ALVES:71373098600

Luis Guilherme Villela Alves

Contador CRC MG - 67.509/O-8

BRAULIO MARCIO VILLELA ALVES:69326452620

Bráulio Márcio Villela Alves

Contador CRC MG -71.053/O-5

Cruzeiro Esporte Clube

Balanços patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023		Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE				**PASSIVO CIRCULANTE**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	465	562	Fornecedores	12	656	245
Contas a receber	5	952.928	696.036	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	14	777	756
Estoques	6	45	0	Obrigações fiscais correntes	15	34	69
Tributos e encargos sociais a recuperar	7	1.544	2.252	Obrigações fiscais parceladas	15	47.880	41.366
Despesas antecipadas		18	18	Contas a pagar	13	375.527	369.701
Outros ativos circulantes		29	560	Receitas a apropriar	16	16.356	17.684
				Outras contas a pagar		12.843	1.463
		955.029	**699.428**			**454.073**	**431.284**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Depósito Judicial	8	2.103	2.106	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**			
Investimento	9	22.920	22.920	Obrigações fiscais parceladas	15	218.662	235.726
Imobilizado	10	106.518	107.356	Partes Relacionadas	17	4.945	4.513
Intangível	11	60	60	Provisão para contingências	18	201.683	112.460
		131.601	**132.442**			**425.290**	**352.699**
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
				Patrimônio social		2.751	2.751
				Ajuste de avaliação patrimonial		141.313	187.688
				Déficit acumulado		63.203	(142.552)
						207.267	**47.887**
TOTAL DO ATIVO		1.086.630	831.870	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		1.086.630	831.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro Esporte Clube

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita líquida	20	16.556	13.329
Custos das atividades		(7.904)	(7.397)
Resultado bruto		**8.652**	**5.932**
Despesas administrativas	22	(11.505)	(10.121)
Provisão para contingências	18	(89.223)	117.677
Despesas tributárias		(1.135)	(109)
Outras receitas (despesas) operacionais	21	256.780	628.410
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**163.569**	**741.789**
Receitas financeiras	23	52	49
Despesas financeiras	23	(4.241)	(13.836)
Resultado financeiro líquido		(4.189)	(13.787)
Superávit líquido do exercício		**159.380**	**728.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro Esporte Clube

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	**159.380**	**728.002**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	**159.380**	**728.002**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro Esporte Clube

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Déficits/ Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.751**	**187.688**	**(870.554)**	**(680.115)**
Superávit líquido do exercício	-	-	728.002	728.002
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.751**	**187.688**	**(142.552)**	**47.887**
Realização de avaliação patrimonial	-	(46.375)	46.375	-
Superávit líquido do exercício	-	-	159.380	159.380
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.751**	**141.313**	**63.203**	**207.267**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cruzeiro Esporte Clube

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		**159.380**	**728.002**
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	**10**	1.294	1.947
		160.674	**729.949**
(Aumento) redução nos ativos:			
Clientes	**5**	(256.892)	(469.042)
Estoques	**6**	(45)	-
Tributos e encargos a recuperar	**7**	708	-
Despesas antecipadas		-	(5)
Depósitos judiciais	**8**	3	-
Outros ativos		531	287
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores	**12**	411	(13.621)
Contas a pagar	**13**	5.826	96.463
Obrigações Tributárias	**15**	(10.585)	(6.318)
Obrigações Trabalhistas	**14**	21	(50.732)
Receitas a apropriar	**16**	(1.328)	(23.026)
Partes relacionadas	**17**	432	(29.016)
Outros Passivos		11.380	490
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(249.866)**	**(494.520)**
Imposto de renda pago		-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(88.864)**	**235.429**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa (aquisição) do imobilizado	**10**	(456)	(9)
Constituição/reversão de provisão para contingências	**18**	89.223	(117.677)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento		**88.767**	**(117.686)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Variação empréstimos e financiamento (variação total)		-	(117.592)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento		**-**	**(117.592)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**(97)**	**151**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	**4**	562	411
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	**4**	465	562
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa		**(97)**	**151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O Cruzeiro-Associação é uma entidade associativa sem fins lucrativos fundada em 2 de janeiro de 1921, sob o nome de Società Sportiva Palestra Itália por imigrantes italianos que viviam na cidade de Belo Horizonte. Em função da Segunda Guerra Mundial, em 7 de outubro de 1942 o clube teve seu nome alterado para a atual alcunha. Sua sede está na Cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais, onde possui sede e foro, com duração por tempo indeterminado.

O Clube possui duas sedes sociais e tem por finalidade proporcionar aos seus associados e dependentes atividade social, cívico, cultural, desportiva e de lazer, promover, desenvolver, difundir e aprimorar a prática de esportes nas suas diversas modalidades, além de ser reconhecido como utilidade pública pela Lei Estadual no. 4.046, de 12 de setembro de 1968.

O Clube apresentou ao longo dos anos um quadro de desequilíbrio econômico-financeiro, com aumento do endividamento, assunção de compromissos de difícil cumprimento, majoração de salários, culminando no rebaixamento do time de futebol masculino profissional para a Série "B" do Campeonato Brasileiro no ano de 2019 e a imposição de diversas punições desportivas aplicadas pelas entidades de administração do desporto, em especial a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

Em resumo, o Cruzeiro-Associação, em fins de 2021, viu-se imerso em crise econômico-financeira que comprometia até mesmo o cenário de curto prazo, o que exigiu da gestão anterior a adoção imediata de medidas graves voltadas à reestruturação da Associação. Tais medidas mostraram disponíveis com a edição da Lei da SAF, que previu mecanismos para a restruturação financeira dos clubes, por meio de recuperação judicial ou extrajudicial ou através do regime centralizado de execuções. Sendo assim, em 2021, o clube ajuizou pedido para instauração de Regime Centralizado de Execuções na esfera cível e trabalhista, vindo a obter tutelas de urgência em ambos os procedimentos.

O ano de 2022 iniciou sob o impacto da notícia da apresentação de proposta de investimento do Cruzeiro-SAF pela Tara, de propriedade do ex-jogador Ronaldo Luís Nazário de Lima, de reconhecida história com o clube e um dos principais atletas do futebol mundial.

Antes mesmo da assinatura dos documentos definitivos da operação, o investidor se viu na contingência de antecipar parte do aporte inicial, um empréstimo através de debentures conversíveis, para o Cruzeiro-SAF, a fim possibilitar a efetivação da transferência de atletas, de viabilizar a temporada de 2022 e evitar prejuízos para o departamento de futebol. Os recursos foram utilizados para quitação de obrigações financeiras cobradas perante a FIFA, que geravam punições desportivas graves ("Transfer Ban").

Com foco na redução de folha e na revisão do padrão de jogo do Cruzeiro, em poucos meses a transformação gerou expressivos resultados esportivos. Sob a gestão do Cruzeiro-SAF, o time de futebol masculino profissional retornou às finais do Campeonato Mineiro e sagrou-se campeão do Campeonato Brasileiro de 2022 da Série "B", assegurando o acesso à Série "A" em 2023 e bem como sua manutenção na divisão principal em 2024.

Paralelamente, a Tara realizou due diligence no Cruzeiro-SAF e Associação, o que lhe permitiu obter visão completa dos desafios do projeto e das medidas necessárias ao saneamento do passivo do Clube.

Diante desse conjunto de dados, as partes avançaram no acerto negocial, vindo a ajustar duas medidas de grande importância: (i) a venda dos imóveis da Toca da Raposa I e da Toca da Raposa II pelo Cruzeiro-Associação para o Cruzeiro-SAF em contrapartida da assunção pelo Cruzeiro-SAF da obrigação de disponibilizar os recursos necessários para que o Cruzeiro-Associação pague sua dívida tributária objeto de transações; e (ii) o ajuizamento de pedido de recuperação judicial pelo Cruzeiro-Associação, para viabilizar a reestruturação das suas atividades remanescentes e a adequação do passivo existente à sua capacidade de geração de receitas futuras, observada sua participação societária no Cruzeiro SAF.

O projeto se concretizou em 07 de abril de 2022, com a celebração de acordo de investimento entre o Cruzeiro-Associação e a Tara, que contemplou investimento no Cruzeiro-SAF, em contrapartida à subscrição de novas ações que passaram a representar 90% (noventa por cento) do capital social total e votante do Cruzeiro-SAF.

Sendo assim, com a situação conjuntural do Clube e para o avanço desse programa de reestruturação de suas atividades, a Associação efetivamente entrou com pedido de Recuperação Judicial em 11 de julho de 2022, sendo deferido no dia 13 de julho de 2022. Tal medida tem o papel de assegurar a preservação do clube, interesse de seus associados, manutenção de sua função social e o estímulo à atividade econômica. Em 21/06/2023 o Plano de Pagamento foi aprovado e, dois meses depois, em 21/08/2023, o Cruzeiro-Associação teve sua RJ homologada. Em novembro de 2023 os pagamentos aos credores foram iniciados.

Em paralelo, o Cruzeiro-Associação passou a buscar a adequação do orçamento à sua capacidade de geração de receitas futuras e viabilizar a reestruturação das suas atividades remanescentes, que consistem na administração dos clubes sociais e das equipes desportivas dos demais esportes que não o futebol.

1.1 Recuperação Judicial

Principais marcos temporais
Ajuizamento do Pedido de RJ: 11/07/2022;
Aprovação do PRJ em Assembleia Geral de Credores: 21/06/2023;
Homologação do PRJ: 21/08/2023;
Início dos pagamentos: 21/11/2023

Quadro Geral de Credores
Em 31 de dezembro de 2024, o quadro de credores apresentou a seguinte posição::

Resumo Geral do QGC/ AJ

		Qtd	R$ mil
Classe I	Trabalhista	659	217.355
Classe II	Garantia Real	1	43.199
Classe III	Quirografários	141	197.083
Classe IV	ME e EPP	108	18.653
Total		**909**	**476.290**

2. Base de preparação

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

i) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas inchuídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 25 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas nº 3 em diante.

ii) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R$ mil (milhares de reais), que é a moeda funcional da Empresa.

iii) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletirem a mensuração ao valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. Quando os CPCs permitem a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração, o critério do custo de aquisição foi utilizado.

b. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - mensuração da depreciação pela vida útil do ativo imobilizado: principais premissas na determinação da vida útil.

3. Principais políticas contábeis

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: a) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e b) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os ativos financeiros da Empresa estão mensurados ao custo amortizado.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho

da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os passivos financeiros da Empresa estão mensurados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente por meio do resultado.

b. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL - (*IMPAIRMENT*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando relevante.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: (i) títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e (ii) outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou, o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de

recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

(ii) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os estoques e impostos a recuperar, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

c. ESTOQUES

São avaliados ao custo médio de compras.

Os saldos de estoques do Cruzeiro Esporte Clube. estão substancialmente formados itens de consumo de equipamentos em locação.

d. IMOBILIZADO

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.

A depreciação é iniciada a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso, calculadas com base no método de depreciação linear considerando as vidas úteis divulgadas na nota explicativa 8.

e. AJUSTE A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

f. TRIBUTOS

As associações são organizações que atuam em prol de interesse coletivo de determinado setor, tendo como uma das principais características a ausência de finalidade lucrativa, o que possibilita a aderência a benefícios tributários quando devidamente constituída e instruída.

Por essa razão são isentas do pagamento de alguns tributos, e, além deste grande benefício, outras vantagens são proporcionadas a essas entidades.

g. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Clube é uma sociedade civil sem fins econômicos, com organização e funcionamento autônomo fundada em janeiro de 1921 na cidade de Belo Horizonte – MG onde possui sede e foro com duração por tempo indeterminado. Na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" o Clube reconheceu em exercícios anteriores os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre seus ativos fixos e propriedades para investimento. Em 2022 e 2023, o saldo não foi realizado mensalmente pela depreciação e ou baixa dos ativos que lhe deram origem conforme ICPC 10. Na rubrica "Déficit acumulado" estão refletidos os déficits acumulados líquidos de superávits desde a constituição do Clube.

h. RECEITAS FINANCEIRAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, principalmente.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

Os efeitos do desconto de ativos e passivos previamente ajustados a seu valor presente são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

i. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiaria sem responsabilidades publicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado	Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação a norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.	01/01/2025
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.	01/01/2025

Em 31 de dezembro a ITG 2003 (R2) perdeu efeito, e, a partir de janeiro de 2025, as Entidades Desportivas passam a seguir exclusivamente os Princípios de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade, suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção da norma listada acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Empresa em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representam as disponibilidades da Empresa, composto por:

	2024	2023
Caixa	15	49
Bancos conta movimento	365	498
Aplicações liquidez diária	85	15
	465	**562**

O saldo de caixa e equivalentes de caixa acomoda o saldo em moeda corrente (numerário em caixa), saldos bancários e aplicações de liquidez imediata.

5. Contas a receber

Os recebíveis em 31/12/2024 são compostos como segue:

	2024	2023
Auxílio financeiro	714.578	497.783
Contas a receber de outros clubes	-	1.801
Venda Tocas 1 e 2	236.742	197.416
Outras Contas a Receber	1.608	87
(-) PECLD	-	(1.051)
	952.928	**696.036**

O grupo de "Contas a Receber" do Cruzeiro-Associação é composto, majoritariamente, (i) pelo Recurso da Recuperação Judicial a ser repassado pelo Cruzeiro- SAF e (ii). pelo ativo relacionado ao reconhecimento da transferência dos centros de treinamento (Toca da Raposa I e Toca da Raposa II) ao Cruzeiro-SAF, conforme Promessa de Compra e Venda firmada entre as partes em 27/05/2022.

Conforme descrito no referido documento, em contrapartida à compra e venda da Toca Raposa I e Toca da Raposa II, o Cruzeiro-SAF assumirá a obrigação de disponibilizar à Associação os recursos para pagamento da dívida tributária que foi parcelada no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos ("PERSE"), conforme Termo de Transação Individual Relativo ao PERSE, e o Termo de Transação Individual de Débitos do FGTS, celebrados com a PGFN - Procuradoria da Fazenda Nacional (ambos instrumentos serão de agora em diante denominados em conjunto "Parcelas PERSE"). O Preço dos Imóveis está constituído como o valor total das Parcelas PERSE, deduzido dos descontos concedidos pela PGFN. Em virtude do acordado, a partir da data de assinatura desta Promessa, todas as Parcelas PERSE serão pagas pelo Cruzeiro-SAF, por conta e ordem do Cruzeiro-Associação, o que abaterá o saldo "a receber" pela transação dos imóveis.

6. Estoques

Os estoques são compostos como segue:

	2024	2023
Estoques de terceiros -bens em comodato	45	-
	45	**-**

Saldo de estoques em comodato espelhado em conta do passivo circulante.

7. Tributos e encargos sociais a recuperar

Os impostos a recuperar em 31/12/2024 apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
INSS retido s/faturamento	23	23
PIS/COFINS/CSLL	3	3
IRRF	62	62
Retenção Timemania	806	585
ISS	650	1.579
	1.544	**2.252**

8. Depósito Judicial

O Clube é parte envolvida em processos de natureza trabalhista e tributária dentre outras discutidas em juízo. Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recursos nos termos da lei. Apesar de estar em andamento o seu processo de Recuperação Judicial, o Cruzeiro-Associação não é isento de arcar com as custas processuais das ações legais em que foi arrolado como réu.

	2024	2023
Trabalhista	1.411	1.411
Tributário	156	156
Cível	-	-
	1.567	**1.567**
Bloqueio Judicial	536	539
	2.103	**2.106**

9. Investimento

O saldo de investimento em 31/12/2024 apresenta a seguinte composição:

	2024	2023
Participações societárias diversas	22.920	22.920
	22.920	**22.920**

Em 07 de abril de 2022, foi celebrado um Acordo de Investimento entre o Cruzeiro Esporte Clube – Associação e a empresa Tara Sports Brasil Ltda., por meio do qual esta última comprometeu-se a realizar aportes financeiros no Cruzeiro SAF (Sociedade Anônima do Futebol), em contrapartida à aquisição de 90% (noventa por cento) do capital social total da referida sociedade. Tal operação representou a transferência da gestão do departamento de futebol profissional para a nova estrutura societária, com o objetivo de viabilizar a reestruturação financeira e a profissionalização da gestão esportiva.

10.Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado até 31/12/2024, comparativa ao mesmo período do exercício passado, segue disposta:

	Terrenos	Edifícios	Móveis utensílios e equipamentos	Veículos	Obras em andamento	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2023	92.975	53.047	3.441	608	1.069	151.140
Adições:		-	9	-	-	9
Baixas:	-	-	-	-	-	-
Transferências:	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	92.975	53.047	3.450	608	1.069	151.149
Custo						
Em 1º de janeiro de 2024	92.975	53.047	3.450	608	1.069	151.149
Adições:	-	134	322	-	-	456
Baixas:	-	-	-	(608)	-	(608)
Transferências:	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	92.975	53.181	3.772	-	1.069	150.997

	Edifícios	Móveis utensílios e equipamentos	Veículos		Total
Depreciação - Taxas	4% a.a.	10% a.a.	20% a.a.		
Em 1º de janeiro de 2023	(37.221)	(4.026)	(608)	-	(41.855)
Adições:	(1.858)	(80)	-	-	(1.938)
Baixas:	-	-	-	-	-
Transferências:	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	(39.079)	(4.106)	(608)	-	(43.793)
Depreciação - Taxas	4%	10% a.a.	10% a.a.		
Em 1º de janeiro de 2023	(39.079)	(4.106)	(608)		(43.793)
Adições:	(1.236)	(58)	-		(1.294)
Baixas:	-	-	608		608
Transferências:	-	-	-		-
Em 31 de dezembro de 2023	(40.315)	(4.164)	-		(44.479)
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2023	92.975	13.968	(656)	-	1.069	107.356
Em 31 de dezembro de 2024	92.975	12.866	(392)	-	1.069	106.518

Em 2023 e 2024, não houve avaliação do valor recuperável dos ativos

11.Intangível

Os ativos intangíveis registrados tratam-se de licenças de uso de software, marcas e patentes e suas respectivas amortizações

	2024	2023
Marcas e Patentes	60	60
Softwares	1.096	1.096
	1.156	1.156

Amortização

	2024	2023
Softwares	(1.096)	(1.096)
	(1.096)	(1.096)
	60	60

12.Fornecedores

Os saldos de fornecedores em 31/12/2024 é composto por:

	2024	2023
Fornecedores Nacionais	656	245
	656	245

13.Contas a pagar

As obrigações fiscais parceladas são compostas como segue:

		2024	2023
Acordos a pagar		-	3.757
Recuperação judicial	(a)	375.527	365.944
		375.527	369.701

(a) Recuperação judicial contempla uma provisão (conta redutora no passivo) de abatimento a serem aplicados em um prazo superior a 10 anos. As premissas do desconto (Haircut) poderão mudar com o tempo e, desta forma, não se confirmarem.

	2024	2023
Quadro Geral de Credores	476.290	466.707
(-) Haircut	(100.763)	(100.763)
	375.527	365.944

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

As obrigações trabalhistas e previdenciárias são compostas como segue:

	2024	2023
Salários a pagar	199	175
Encargos	133	140
Provisões de férias	445	441
	777	**756**

15. Obrigações fiscais correntes e parceladas

15.1 As obrigações fiscais correntes são compostas como segue:

	2024	2023
ISS sobre prestadores de serviços	6	9
INSS sobre prestadores serviços	4	5
IRRF sobre prestadores de serviços	5	18
PIS COFINS	16	34
RPA	3	3
	34	**69**

15.2 As obrigações fiscais parceladas são compostas como segue:

	2024	2023
Timemania	3.319	5.179
Municipal	10.620	12.149
Federal	244.823	255.076
Estadual	47	101
PROFUT	7.733	4.587
	266.542	**277.092**
Circulante	47.880	41.366
Não circulante	218.662	235.726

15.3 Parcelamentos Federais

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE)
Em 2022 o Cruzeiro-Associação aderiu ao PERSE, conforme Portaria PGFN nº 7917, de 02 de julho de 2021. Tal programa equalizou a dívida fiscal do clube que estava inscrita em dívida ativa até dezembro de 2021, que equivalia ao valor mais significativo que o Clube tinha acerca da dívida tributária. Essa transação conferiu descontos em multa e juros proporcionais à capacidade de pagamento do contribuinte. No caso dos demais débitos, o saldo da dívida foi dividido em 139 parcelas, das quais, foram pagas 31 parcelas até 31/12/2024. Quanto aos débitos previdenciários, a dívida foi dividida em 54 parcelas, das quais, 31 foram pagas até 31/12/2024.

Receita Federal do Brasil

No âmbito da Receita Federal do Brasil, o Cruzeiro-Associação manteve os seguintes parcelamentos ativos em 2024:

- Parcelamento no. 02110001200016775712269, aderido em 09 de fevereiro de 2022, referente a valores de contribuições sociais. Foram pagas, até o momento, 23 parcelas de um total de 60. Parcelamento n 02110001200017776842220, aderido em 09 de fevereiro de 2022, referentes a valores de imposto de renda (IRRF). Foram pagas, até o momento, 35 parcelas de um total de 60.
- Em 18 de agosto de 2021, também foi parcelado o processo de nº 15504-418345/2021 55, referente a débitos de IRRF e PIS. Foram pagas, até o momento, 46 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento n 639760856, aderido em 19 de agosto de 2021, refere-se a valores previdenciários, negociado em 60 vezes, conforme RFB - Lei 10.522/2002 Simplificado Empresa em Geral ainda restando 19 parcelas a pagar.
- Parcelamento no 02110001200287246672388, aderido em 23 de março de 2023, referente a valores de IR, PIS/COFINS/CS (2020, 2013, 2018). Foram pagas, até o momento, 22 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento no 02110001200243788872373, aderido em 03 de outubro de 2023, referente a valores de IRRF, PIS/COFINS/CS (PJ) Junho e julho 2022. Foram pagas, até o momento, 15 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento no 02110001200184827572388, aderido em 07 de fevereiro de 2023, referente a valores de INSS retido de prestação de serviço (outubro e dez/21, fevereiro, abril, maio e julho/22). Foram pagas, até o momento, 23 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento do EDITAL nº 3 DEMAIS DEBITOS 8001858 (40%), aderido em 12 de maio de 2023, referente a valores de IRRF, PIS/COFINS/CS, PIS/folha, Multa CLT. Foram pagas, até o momento, 20 parcelas de um total de 84.
- Parcelamento do EDITAL nº 3 PREVIDENCIARIOS 7991851 (55%), aderido em 10 de maio de 2023, referente a valores de débitos previdenciários. Foram pagas, até o momento, 20 parcelas de um total de 60.
- Parcelamento PGFN PIS s/Folha, aderido em 20 de Julho de 2023, referente a valores de PIS s/Folha. Foram pagas, até o momento, 18 parcelas de um total de 84.
- Parcelamento LEI Nº 11.345, DE 14/09/2006 Decreto 6.187, de 14/08/2007 Timemania, aderido no ano de 2017, referente a valores de previdência social. Foram pagas, até o momento, 207 parcelas de um total de 240.

FGTS

O Cruzeiro possui dois parcelamentos ativos junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos a débitos de FGTS.

- O primeiro, de no 2007007629, foi firmado em 08 de outubro de 2017 e está vinculado ao repasse dos recursos provenientes do Timemania;
- e o segundo, de n o foi firmado em 13 de abril de 2022.

15.4 Parcelamentos Municipais

No âmbito Municipal, o Cruzeiro-Associação manteve os seguintes parcelamentos ativos em 2024:

- Parcelamento 2920280/2021, aderido em 23 de dezembro de 2021, referente a valores de IPTU e TFLF. Foram pagas, até o momento, 37 parcelas de um total de 83.

- Parcelamento 1103939/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFLF. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 34.
- Parcelamento 1103943/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFLF. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 34.
- Parcelamento 1103969/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFS. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 47.
- Parcelamento 1103979/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de TFS. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 47.
- Parcelamento 1125571/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de IPTU. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento 1125577/2022, aderido em 31 de janeiro de 2022, referente a valores de IPTU. Foram pagas, até o momento, 36 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento 46162/2023 Programa Estamos Juntos, aderido em 11 de julho de 2023, referente a valores de IPTU, TFS e Taxa de Lixo. Foram pagas, até o momento, 18 parcelas de um total de 179.
- Parcelamento Ordinário 1907891/2023, aderido em 11 de julho de 2023, referente a valores de IPTU, TFS e Taxa de Lixo. Foram pagas, até o momento, 18 parcelas de um total de 59.
- Parcelamento ISSQN 1722926/2023, aderido em junho de 2023, referente a valores de ISSQN retenção na fonte de prestadores de serviços. Foram pagas, até o momento, 28 parcelas de um total de 59.

16.Receitas a apropriar

A composição das receitas a apropriar é como segue:

	2024	2023
Locação e outros contratos	16.356	17.684
	16.356	17.684

As receitas a apropriar referem-se essencialmente a aos valores antecipados pelo Cruzeiro em competências anteriores referentes aos contratos de patrocínios e locação. Estas receitas são apropriadas conforme vigência do contrato mediante prestação dos serviços celebrados.

17.Partes relacionadas

A composição do mútuo com partes relacionadas é como segue:

	2024	2023
Adiantamento Crédito Futuro - Receitas SAF	4.945	4.513
	4.945	4.513

Os valores registrados nessa conta referem-se a parcelamento municipais pagos pelo Cruzeiro SAF que deverão ser ressarcidos à SAF.

18.Provisão para contingências

Conforme definição dada no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, todas as provisões são contingentes por existir um grau de incerteza quanto ao seu valor e tempo. A contingência passiva ou ativa não é reconhecida por depender da confirmação da existência no presente de uma obrigação que possa acarretar uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos ou obrigações presentes que, não seja provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidação da obrigação ou não é possível realizar uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O mesmo pronunciamento define como provisões aquelas obrigações presentes que são provenientes de eventos passados, é provável uma saída de recursos financeiros que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação e que haja confiabilidade na estimativa do valor da obrigação. O pronunciamento define ainda, em seu item 86 que, ao menos que o prognóstico de desembolso na liquidação seja remoto, a entidade deve ao menos divulgar uma breve descrição da natureza do passivo contingente e se praticável uma estimativa confiável do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou ao momento da ocorrência de qualquer saída, bem como a possibilidade de qualquer desembolso.

Dada a aprovação da Recuperação Judicial, a contabilidade do Cruzeiro Associação, juntamente ao jurídico do Clube, encarregou-se atualizar os controles dos processos em discussão judicial e refletir no balanço a posição real quanto às contingências provisionadas. Seguem os saldos das contingências provisionadas em 2024 e 2023:

	2024	2023
Trabalhistas	144.161	33.725
Cíveis	57.522	78.735
Tributárias	-	-
	201.683	**112.460**

19.Patrimônio líquido

O Clube é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com organização e funcionamento autônomo fundada em janeiro de 1921 na cidade de Belo Horizonte – MG onde possui sede e foro com duração por tempo indeterminado.

Na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" o Clube reconheceu em exercícios anteriores os efeitos da aplicação do custo atribuído sobre seus ativos fixos e propriedades para investimento. Em 2023 e 2024, o saldo não foi realizado mensalmente pela depreciação e ou baixa dos ativos que lhe deram origem conforme ICPC 10.

Na rubrica "Déficit acumulado" estão refletidos os déficits acumulados líquidos de superávits desde a constituição do Clube.

20. Receita líquida

A composição da receita recorrente do ano de 2024 segue discriminada:

	2024	2023
Associados escolinhas	12.695	11.231
Eventos sociais	195	15
Parcerias	204	-
Timemania	1.344	-
Outras receitas	110	94
Aluguel	2.008	1.989
	16.556	**13.329**

Associados/Escolinhas: em 2024, as receitas recorrentes do Cruzeiro-Associação ficaram a cargo daquelas provenientes dos Clubes Sociais, majoritariamente mensalidade dos associados e da Escola de Esportes

Aluguel: adicionalmente, o Clube detém espaços e imóveis locados a terceiros, como o prédio localizado no bairro Barro Preto, em Belo Horizonte, que desde 2021 está sob utilização do Supermercados BH. O referido contrato de locação tem vigência até outubro de 2031. Cabe ressaltar, que a receita referente a esta locação foi integralmente antecipada, não mais gerando qualquer impacto de caixa.

21. Outras receitas (despesas) operacionais

	2024	2023
Auxílio Financeiro (a)	308.254	502.813
Compensação de passivo (compensação RJ) (b)	(51.313)	125.597
Perdas PCLD	(749)	-
Vendas de ativos não circulantes	588	-
	256.780	**628.410**

(a) Conforme já mencionado na Nota Explicativa 1.1, o auxílio financeiro proveniente da SAF para cumprimento das obrigações de pagamento da Recuperação Judicial.

(b) Foram incluídos novos credores no Quadro Geral de Credores (QGC), habilitados durante o ano, bem como foram incorridas custas com Administradores Judiciais. Também foram processados alguns ajustes de passivo, para adequação dos saldos contábeis em contrapartida a conta de compensação de RJ.

22. Despesas administrativas

Em 2024 e 2023, as despesas se resumem aos gastos operacionais do Clube e com administração judicial:

	2024	2023
Remuneração Pessoal sem vínculo empregatício	21	-
Despesas Administrativas	8.190	9.809
Despesas com eventos internos	110	-
Despesas Esportivas	43	57
Despesas com administração judicial	1.445	-
Outras despesas	1.696	255
	11.505	**10.121**

23. Resultado financeiro

	2024	2023
Receita financeira		
Rendimento aplicação financeira	41	4
Descontos obtidos	11	45
	52	**49**
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre dívida	(653)	(1.347)
Juros sobre empréstimos	(3.588)	(12.489)
	(4.241)	**(13.836)**
	(4.189)	**(13.787)**

24. Instrumentos financeiros

As atividades do Clube estão sujeitas a diversos riscos financeiros: Risco de Mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxas de juros e risco de preços) risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco é realizada pela administração, de acordo com suas políticas estabelecidas.

- Taxas de Juros:

Decorre da possibilidade de o Clube sofrer ganhos ou perdas com juros incidentes sobre ativo ou passivos financeiros. O Clube não possui em 31/12/2024 instrumentos derivativos para cobertura de risco de taxas de juros. Esse risco apresenta um impacto maior atualmente, devido ao cenário macroeconômico de aumento recente da taxa de juros básica.

- Risco de Crédito:

Decorre de caixas e equivalentes de caixa em instituições financeiras, bem como exposições de devedores diversos em função de falhas destes em cumprir com suas obrigações contratuais. Com relação aos devedores diversos, o Clube está sujeito aos riscos normais de inadimplência de mercado.

- Risco de Liquidez

É o risco de o Clube não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos. A administração visa assegurar a liquidez mediante previsão estabelecida por fluxo de caixa garantindo o cumprimento dos compromissos estabelecidos.

25.Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.

* * *

PARECER
CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Belo Horizonte, 28 de abril de 2025.

O Conselho Fiscal do CRUZEIRO ESPORTE CLUBE (Associação), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, previstas no artigo 36 do Estatuto, com base na análise dos documentos e informações disponíveis, bem como no parecer emitido pela auditoria Villela e Associados, vem manifestar-se acerca das contas relativas ao exercício de 2024.

Inicialmente, a análise das contas levou em consideração os princípios da legalidade, da transparência e da boa gestão financeira, além das disposições estatutárias da Associação e da legislação aplicável às entidades sem fins lucrativos.

Durante o exame, foi possível verificar, de modo geral, a regularidade dos atos de gestão, a adequação dos lançamentos contábeis e a coerência entre os registros financeiros e a movimentação efetivamente realizada.

Pois bem.

Cumpre destacar que o balanço evidencia dois pontos de atenção, relacionados às operações com o Cruzeiro SAF: (i) valores referentes à Recuperação Judicial da Associação, no montante de R$ 714.578.123,09, agora denominados "Repasse Termo Lei 14.193/21 SAF", e (ii) as transações relativas à Toca 01 e à Toca 02, no valor de R$ 236.741.728,28.

Esses pontos encontram-se devidamente aperfeiçoados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e aprovadas por este Conselho, considerando que a SAF assumirá as obrigações decorrentes da Recuperação Judicial, e que as transações das Tocas respaldam a negociação de passivos, especialmente junto à Procuradoria da Fazenda Nacional. Em outras palavras, com relação a esses dois aspectos, restaram concretizados atos jurídicos perfeitos, diante das aprovações conferidas em Assembleias anteriores.

Registra-se, ainda, o avanço na terminologia adotada, substituindo a expressão "auxílio" por "Repasse Termo da Lei 14.193/21 SAF", evidenciando que se trata de obrigação contabilizada no ativo da Associação e que revela obrigação da SAF. O valor de R$ 714.578.123,09, portanto, representa um direito certo da Associação.

Superado esse ponto, constata-se que, no tocante à Associação propriamente dita, o exercício de 2024 encerrou-se com saldo financeiro positivo, demonstrando equilíbrio orçamentário.

Nesse sentido, focando nas transações contábeis e de caixa efetivamente realizadas em 2024 — oriundas diretamente da operação dos Clubes Sociais —, não se identificou qualquer inconsistência, sendo considerados íntegros e compatíveis com a realidade os valores registrados. Não houve, ainda, qualquer menção ou ressalva pela auditoria quanto à ausência de documentação comprobatória das movimentações financeiras. Destaca-se, adicionalmente, que a contabilidade promoveu a correção dos saldos do passivo, refletindo fielmente a realidade da Associação, à luz da Recuperação Judicial e das obrigações junto à Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme já mencionado.

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Rua Guajajaras, 1722 - Barro Preto
30.101.180 - Belo Horizonte-MG
(31) 3195-6946
clubesdocruzeiro.com.br

Por fim, cabe apontar a permanência da utilização de números históricos em alguns registros, ensejando ressalvas apontadas pela auditoria independente. A primeira refere-se à necessidade de reavaliação do ativo imobilizado: o Clube não procedeu à análise da indicação de eventual redução do valor recuperável dos ativos nem apresentou laudo de reavaliação patrimonial. Tal ressalva, entretanto, pode ser sanada mediante a contratação de empresa especializada em avaliação patrimonial, o que não foi possível no exercício de 2024 em razão das restrições orçamentárias e das prioridades administrativas enfrentadas.

Conclusão

Diante do exposto, considerando que houve negócio/ato jurídico perfeito, conforme explicitado acima, o Conselho Fiscal é favorável à aprovação das contas da Associação relativas ao exercício de 2024, com a ressalva de que os apontamentos da auditoria independente, que passa a integrar o presente, especialmente relacionados ao ativo imobilizado, devem ser sanados futuramente.

Esse é o entendimento, smj.

João Paulo Fanucchi de Almeida Melo
Presidente do Conselho Fiscal

Humberto Amaro
Membro do Conselho Fiscal

Silvério Papa
Membro do Conselho Fiscal

Belo Horizonte, 29 de abril de 2025.

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Lidson Faria Potsch Magalhães
Presidente

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Jobson Nogueira de Andrade
Superintendente Executivo Financeiro

Danubia de Souza Firmino
Danubia de Souza Firmino
Contadora CRC /MG 09030809